



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



EDILSON SANCHES PONTES

**A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO NO TRANSPORTE
ESCOLAR PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2011

EDILSON SANCHES PONTES

**A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO NO TRANSPORTE
ESCOLAR PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

UTPR

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”.

Orientadora: Professora Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURITIBA - PR

2011



TERMO DE APROVAÇÃO

A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO NO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

por

Edilson Sanches Pontes

Esta monografia foi apresentada às 11 horas, do dia 10 de Dezembro de 2011, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:_____.

Prof^ª. Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães
UTFPR – *Campus* Curitiba
(Orientadora)

Prof. Msc. Jorge Carlos Corrêa Guerra
UTFPR – *Campus* Curitiba

Prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira
UTFPR – *Campus* Curitiba

Dedico este trabalho a Deus, o Todo-poderoso, por ter me dado a oportunidade de chegar até aqui e alcançar mais um degrau e também, de viver, evoluir a cada dia e compartilhar todos os meus momentos com pessoas tão preciosas que me refiro a seguir.

A minha esposa e filhos pelo apoio, compreensão e carinho dedicados a cada momento de minha vida e principalmente neste.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado saúde e fé durante estes meses, para poder concluir este estudo.

À minha maravilhosa família, esposa e filhos, pelo amor e compreensão em todos os momentos.

A tão nobre professora Ana Cristina Macedo Magalhães, minha orientadora pela pelo apoio, paciência, credibilidade e compreensão que me proporcionou durante este trabalho.

Às nossas tutoras presenciais, Regiane Apolinário Roskowinski e Carmen Regina Silveira Espíndola pela força que nos foi dada e por todos os funcionários do Pólo de São José dos Campos – SP pelo suporte.

Ao grupo seletivo de professores da UTFPR pela atenção, competência, dinamismo e pelos ensinamentos oferecidos.

Ao amigo, Vinícius Pena de Oliveira, pelo companheirismo e participação nas aulas e atividades desenvolvidas. Essas lembranças ficarão para sempre presentes.

Aos demais colegas do curso pela união, força de vontade, dedicação e pelo agradável convívio.

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos, e seus funcionários, em especial o Sr. Paulo José da Silva Souza, Diretor Administrativo da Secretaria de Educação, pela atenção e livre acesso às informações e fornecimento de material de estudo, entrevistas e disponibilidade de pesquisas.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que fosse possível a concretização deste meu objetivo, meu muito obrigado e que Deus os abençoe sempre!

“A vida não dá e nem empresta, não se comove e nem se apieda.
Tudo quanto ela faz é retribuir e transferir aquilo que nós lhe oferecemos.”

(Albert Einstein)

RESUMO

PONTES, Edilson Sanches. A utilização de veículo adaptado no transporte escolar público municipal de São José dos Campos – SP. 2011. 46 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2011.

Este trabalho de pesquisa apresenta uma abordagem teórico-conceitual da questão do atendimento do transporte adaptado público escolar para portadores de necessidades especiais no município de São José dos Campos, onde será estudado como ocorre o atendimento a esta demanda atual, com o intuito de avaliar a prestação do serviço oferecido, e diante desta análise, identificar vulnerabilidades e oportunidades de melhorias na qualidade do serviço prestado. Discute os obstáculos da logística Aplicada ao atendimento a demanda de transporte escolar adaptado para os portadores de necessidades especiais, onde, analisadas as informações, o conhecimento e as ações para superá-los, com base na literatura pertinente ao tema. Após todo o estudo, será complementado por uma pesquisa de campo e junto ao órgão responsável pelo serviço. Após o estudo, verificou-se por meio de aplicação de questionários, como ocorre a Logística de transporte escolar público adaptado e suas necessidades para que se alcance a demanda. Dentro do estudo e com base nos resultados obtidos a partir da coleta de dados, apresentar-se-á as conclusões e sugestões para melhorias futuras do serviço.

Palavras-chave: Transporte escolar adaptado. Logística de transporte. Portadores de necessidades especiais.

ABSTRACT

PONTES, Edilson Sanches. The use of the school transport vehicle adapted municipal São José dos Campos - SP. 2011. 46 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2011.

This research paper presents a theoretical and conceptual approach to the issue of attendance of public school adapted transport for the disabled in the municipality of Sao Jose dos Campos, where it will be studied as is the current demand for this service, in order to evaluate the delivery the service offered, and on this analysis, vulnerabilities and opportunities for improved quality of service provided. Discusses obstacles to meeting logistics Applied demand for school transport adapted for the disabled, which analyzed the information, knowledge and actions to overcome them, based on the literature concerning the matter. After all the study will be complemented by field research and from the agency responsible for the service. After the study, by means of questionnaires, how does the public school transportation logistics needs and adapted to reach all the demand. Within the study and based on the results obtained from the data collection, will present the conclusions and suggestions for future service.

Keywords: School transport adapted. Transportation logistics. People with special needs

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Veículo com plataforma elevatória para a entrada de cadeirantes.....	19
Figura 2 - Veículo com elevador elétrico para o acesso de cadeirantes.....	19
Figura 3 – Veículo com função de rebaixamento e rampa para cadeirantes.....	20
Figura 4 - Localização Geográfica do Município de São José dos Campos - SP.....	25
Figura 5 - Vista aérea da Região Central de São José dos Campos.....	27
Figura 6 - Vista do Anel viário – Avenida Florestan Fernandes.....	28
Figura 7 - Organograma do Transporte Público em São José dos Campos.....	29
Figura 8 - Vans adaptadas com elevador elétrico para a entrada de cadeirantes.....	34
Figura 9 - Van adaptada com elevador elétrico para a entrada de cadeirantes.....	37

LISTA DE SIGLAS

PNE	Portadores de Necessidades Especiais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PcD	Pessoa com Deficiência
SEED/PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
TE	Transporte Escolar
CORDE Deficiência	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
GPM	Gestão Pública Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
TEA	Transporte Escolar Adaptado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	122
1.1 Objetivo Geral	Erro! Indicador não definido. 4
1.2 Objetivo Específico.....	145
1.3 Metodologia.....	155
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	166
2.1 Logística de Transporte.....	166
2.2 Portadores de Necessidades Especiais	177
2.3 Transporte Escolar Adaptado.....	248
3. METODOLOGIA	Erro! Indicador não definido. 1
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	244
4.1 Município de São José dos Campos - SP.....	24
4.2 A Secretaria de Transporte de São José dos Campos.....	26
4.3 Organograma.....	28
4.4 Transporte Público em São José dos Campos.....	29
4.5 Transporte Adaptado para PNE.....	30
4.6 Transporte Escolar Adaptado para PNE.....	31
4.7 Importância do Transporte Escolar.....	34
4.8 Veículo Adaptado para Transporte de PNE.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE.....	43

1. INTRODUÇÃO

Na Carta Magna do nosso país a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), ressalta a importância do transporte escolar para nossos estudantes, conforme previsto no artigo 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: inciso VII do referido diploma legal que diz: - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Diante da previsão legal, é de suma importância que o poder público em todas as suas atuações, que criem programas para atender toda a demanda e inclusive com veículos adaptados para atender todos àqueles que assim precisarem do serviço público disponível, visando o acesso universal e igualitário para que aconteça a proteção integral a criança e ao adolescente prevista na Lei Federal 8.069/93, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além do mais, é importante estar atento ao fato que há legislação Federal, ou seja, a nossa CF, a Carta Magna garante aos portadores de necessidades especiais de um amplo um sistema de transporte público adaptado para atender suas necessidades de maneira eficiente e com qualidade de atendimento.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, conhecida também como a Constituição Cidadã, em seu artigo 227, § 2º, *“A lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e da fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”*.

Desta forma, é Dever precípua do Estado à garantia do atendimento dessa demanda presente em cada município da federação, observando-se a realidade local.

Este Trabalho se deterá ao tema: “Logística Aplicada a Gestão Pública”, onde segundo MONTEIRO, 2010, expressa que “A gestão eficiente do fluxo de bens e serviços do ponto de origem ao ponto de consumo requer de maneira seqüencial, o

planejamento, a programação e o controle de um conjunto de atividades que reúnem: insumos básicos (matérias-primas); materiais em processamento; materiais acabados; serviços e informações disponíveis.

Como resultado da administração destas atividades gera-se o movimento de bens e serviços aos clientes (cidadão/usuário), havendo como decorrência a geração das chamadas utilidades de tempo e/ou de lugar, que por sua vez são fatores fundamentais para as funções logísticas. Para a administração pública, tanto recursos quanto o público-alvo organizacional estão espalhados em áreas de distintos tamanhos, além da diversidade sócio-cultural dos residentes locais.

Nesta pesquisa, se analisará a missão da logística na Gestão que é: Diminuir o hiato entre o resultado do processo de transformação da organização e a demanda, de modo que os consumidores (cidadão-cliente / sociedade / usuário) tenham bens e serviços, quando e onde quiserem, na condição que desejarem, e com o menor custo.

Percebe-se que o tema Logística aplicada a Gestão Pública, é de suma importância, à Administração Pública, pois, visa à melhoria contínua dos serviços oferecidos, ou de novas políticas públicas que atendam às necessidades dos usuários/cidadãos dentro da realidade local.

O Problema apresentado nesta pesquisa fica diretamente vinculado ao seguinte fundamento: Todos os estudantes PNE conforme preceitua a CF em seus artigos 208, VII e 227, § 2º, como prioritariamente àqueles amparados pela Lei Federal nº. 8.069/93 – ECA.

Podemos visualizar o problema na letra da Lei nº. 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas PNE, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que necessitam do transporte escolar adaptado (TEA) são atendidos pelo poder público municipal de São José dos Campos – SP.

Ainda hoje, não existe uma cobertura a todos os estudantes que necessitam do TEA no município, pois, muitos dos possíveis usuários/cidadãos não buscam ou desconhecem tal serviço, mas, o poder público local em sua Secretaria de Educação, mais especificamente na Diretoria Administrativa que concentra a gestão do TE e TEA, vem desenvolvendo o atendimento de acordo com a procura

apresentada, mas não há um projeto específico para o TE público adaptado que visa alcançar essa demanda.

Ficará delimitada a pesquisa no atendimento ao TEA das crianças e adolescentes PNE que necessitam da utilização de tal política pública, visando à proteção integral dos seus direitos Constitucionais.

Contudo, o disposto em nossa CF, e na Constituição Estadual que consagra o princípio da universalidade do acesso e permanência na escola (art. 279, I), garantindo, da mesma forma, o TE e TEA como um direito do educando e uma obrigação do Estado.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a estrutura de Gestão Pública Municipal (GPM) para Portadores de Necessidades Especiais (PNE) em São José dos Campos – SP.

1.2 Objetivos Específicos

Conceituar Transporte Escolar Adaptado (TEA) e sua importância no processo logístico para os Portadores de Necessidades Especiais (PNE); Relatar a importância do Transporte Escolar Adaptado (TEA) para Portadores de Necessidades Especiais (PNE);

Descrever o estágio atual de veículos de Transporte Escolar Adaptado (TEA) para Portadores de Necessidades Especiais (PNE); Descrever boas práticas e técnicas de Transporte Escolar Adaptado (TEA) para Portadores de Necessidades Especiais (PNE).; e discutir estruturas e equipamentos utilizados no Transporte Escolar Adaptado (TEA) para Portadores de Necessidades Especiais (PNE).PNE.

1.3 Metodologia

Na primeira parte deste trabalho, no capítulo 1, se faz uma introdução expondo o local, o tema e o problema a ser pesquisado, onde a metodologia do presente trabalho consiste, em primeiro lugar, em fazer uma revisão bibliográfica referente ao tema proposto. A área de estudo está situada no município de São José dos Campos no estado de São Paulo. Sendo assim, o trabalho foi desenvolvido a partir de um levantamento sobre o que há disponível na literatura referente à logística de transporte.

Na segunda parte da pesquisa, mais especificamente no capítulo 2, está presente a sustentação deste trabalho que é a fundamentação teórica sobre o assunto, onde de forma conceitual, o pesquisador busca o que há de literatura sobre os Portadores de Necessidades Especiais (PNE) e propõe assim, uma análise mais aprofundada sobre o tema.

Na terceira parte da pesquisa no capítulo 3, será abordada a metodologia de pesquisa que servirá para que o pesquisador em seu estudo de caso proposto, seja auxiliado no levantamento de dados importantes e relevantes para o desenvolvimento da pesquisa e alcance o conhecimento mais aprofundado sobre o assunto.

No capítulo 4, na quarta parte desta pesquisa, será feita a apresentação e discussão dos resultados, onde o pesquisador indicará o local onde será a base da pesquisa, ou seja, a apresentação do município fonte deste estudo, sua localização e demais características e necessidades.

A quinta e última parte desta pesquisa que corresponde ao capítulo 5 as considerações finais, o pesquisador, após estudo aprofundado sobre o assunto e visando alcançar as respostas aos objetivos geral e específicos dos estudos, faz sua análise e sugere melhorias futuras para a estrutura pesquisada.

Nesta pesquisa, mesmo que a Legislação fale em portador de deficiência, referindo-se a pessoa com deficiência, será usado no desenvolvimento desta pesquisa, o termo: Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo propõe um estudo mais detalhado do tema proposto. Este tem como finalidade fornecer o embasamento teórico necessário a contribuir para uma análise mais aprofundada sobre o assunto.

No entanto, não caberia no escopo deste recuperar a vasta e rica literatura a respeito do assunto abordado, mas trazer alguns pontos importantes para a construção do referencial conceitual que dará sustentação ao trabalho.

2.1 Logística de transporte

Para BALLOU, 1993, "a logística trata de todas as atividades que facilitam o fluxo de bens desde o ponto de aquisição até o ponto de consumo final com o propósito de providenciar níveis de serviços adequados aos clientes a um custo razoável". Na organização pública, a missão do gestor é estabelecer o nível de atividades logísticas necessário para atender ao público-alvo organizacional no tempo certo, no local certo e nas condições e formas desejadas, de forma economicamente eficaz, eficiente e efetiva no uso dos recursos públicos.

Segundo Ballou (1993), a logística diz respeito à criação de valor, principalmente, para clientes e fornecedores. O valor em logística é expresso em termos de tempo e lugar, pois produtos e serviços não têm valor a menos que estejam sob a posse do cliente quando (tempo) e onde (lugar) ele deseja consumi-los.

A boa gestão logística vê cada atividade dentro da cadeia de suprimentos como contribuinte no processo de adição de valor.

A logística no Brasil está passando por um período de extraordinárias mudanças. Pode-se mesmo afirmar que estamos no limiar de uma revolução, tanto em termos das práticas empresariais quanto da eficiência, qualidade e disponibilidade da infra-estrutura de transportes e comunicações, elementos fundamentais para a existência de uma logística moderna.

Para as empresas que aqui operam, é um período de riscos e oportunidades. Riscos devido às enormes mudanças que precisam ser implementadas e oportunidades devido aos enormes espaços para melhorias de qualidade do serviço e aumento de produtividade, fundamentais para o aumento da competitividade empresarial (Fleury, 1998).

O transporte que está dentro da perspectiva da logística, é um dos elementos mais importantes para o bom funcionamento das operações. O principal objetivo do transporte é movimentar produtos de um local de origem até um determinado destino minimizando ao mesmo tempo os custos financeiros e temporais.

As despesas de perdas e danos também devem ser minimizadas. Essa movimentação de fretes absorve entre um e dois terços do total dos custos logísticos (Ballou, 1995).

A logística de transporte é a responsável por aperfeiçoar a cadeia de fornecimento e distribuição dentro do processo produtivo.

Recentemente, as mudanças econômicas no Brasil motivaram as empresas na busca pela produtividade, na qual a logística constitui um dos fatores predominantes, considerando as dimensões continentais do território brasileiro (Roseto, 2001).

O objetivo da logística de transportes é administrar racionalmente a aquisição de entrega de materiais (produtos) de forma a minimizar o custo total (Ballou, 1995).

2.2 Portadores de necessidades especiais (PNE)

Neste capítulo, o pesquisador após estudos sobre os diversos conceitos e definições sobre o tema abordado dos Portadores de Necessidades Especiais (PNE), procura enfatizar alguns destes conceitos já utilizados sobre o assunto, para melhor aprofundamento do tema da pesquisa.

Existem inúmeros conceitos para definir as pessoas portadoras de deficiência. Muito mais abrangente é a classificação de deficiências enfrentadas pelo ser humano.

De acordo com o pensamento de Luis Alberto David de Araújo, o conceito de pessoa portadora de deficiência seria: "O que define a pessoa portadora de deficiência não é a falta de um membro nem a visão ou audição reduzidas.

O que caracteriza a pessoa portadora de deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade. O grau de dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade.

"O grau de dificuldade para a integração social, definirá quem é ou não portador de deficiência" (ARAÚJO, Luís Alberto David, A proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência - Tese de Doutorado - PUC/SP - 1992.).

A CF de 1988 e diversas outras Leis instituíram muitos direitos, dentre eles: Direito à Igualdade, à Saúde, ao Trabalho, ao Transporte, à Vida Familiar, à Educação, à eliminação de barreiras arquitetônicas, à aposentadoria, ao Lazer.

2.3 Transporte escolar adaptado

O transporte escolar adaptado (TEA) é aquele onde são utilizados veículos com adaptações específicas para o transporte de alunos PNE que se locomovem com cadeiras de rodas.

Os veículos usados para esse tipo de serviço público são geralmente as vans e microônibus com adaptações para embarque e desembarque dos usuários como plataformas elevatórias eletro-hidráulicas (figura 1) e elevadores elétricos (figura 2).



Figura 1 - Microônibus com plataforma elevatória eletro-hidráulico para a entrada de cadeirantes.

Fonte: <http://www.omnibus.com.br/af113.htm>. Acesso em: 08/02/12



Figura 2 – Van com elevador elétrico para o acesso de cadeirantes.

Fonte: Prefeitura de Indaiatuba - SP. Acesso em: 08/02/12

Estes equipamentos podem proporcionar acesso à escola aos estudantes que hoje, na maioria dos casos, deixam de realizar suas atividades escolares do dia-a-dia, em função da inadequação do sistema de transporte, que é uma barreira a sua realização como cidadão.

A operação pode ser realizada pela empresa operadora ou através de profissionais autônomos ou de cooperativas.

O atendimento ao usuário se dá através de solicitação antecipada e exclusivamente para aqueles cadastrados previamente.

Um modelo semelhante a este pode ser utilizado pelas secretarias de educação e de saúde para atendimento aos alunos das escolas públicas que necessitam de atendimento especial, as emergências médicas, e as pessoas que necessitam de algum tratamento especial, temporário ou definitivo.

O serviço pode ser gerenciado pelo órgão gestor de transporte e os custos da operação faturados para as secretarias. A gestão de ambos os serviços deve ser feita em parceria com o Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência.

Os veículos adaptados devem contar com elevador eletro-hidráulico para acesso do cadeirante e com um sistema de segurança que minimize os movimentos de cadeira de rodas compostos por dispositivo de travamento, cinto de segurança e guarda-corpo. No interior do veículo devem existir bancos retráteis ou convencionais para uso dos acompanhantes.

A programação visual do veículo deve incluir os símbolos internacionais específicos.

Na figura 3 está o novo modelo de veículo utilizado no transporte escolar adaptado (TEA) da montadora Mercedes-Benz, O Sprinter City 77, lançado no mercado Europeu em agosto de 2010 e conta com função de rebaixamento, o que facilita o fluxo de embarque e desembarque dos passageiros PNE.

Além do mais, o veículo da Mercedes-Benz, tem como opcional a rampa para o acesso de cadeirantes, em qualquer uma das portas.



Figura 3 - Van adaptada com função de rebaixamento e rampa para acesso de cadeirantes.

Fonte: http://www.transpoonline.com.br/noticias/975-sprinter_city_77.html. Acesso em: 08/02/12

3. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa descritiva, possibilitando o levantamento das características conhecidas, componentes, fatos e fenômenos dos tipos de TEA que existem e os métodos de TEA que atenda a demanda.

Dentre os métodos podemos citar: o Benchmarking, a Internet, bibliografias e revistas que abordem o tema e pesquisa de campo no município em questão.

Inicialmente, quanto à natureza da pesquisa procurou utilizar-se a forma aplicada. Segundo Trujillo Ferrari (1982.p.171), “não obstante a finalidade prática da pesquisa, ela pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento”.

Para o conhecimento mais aprofundado sobre o assunto na etapa inicial, foi utilizada a pesquisa exploratória, esta segundo Gil (1999, p. 43) “tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

É usada pelo pesquisador quando o mesmo não tem total domínio sobre o tema ou situação a ser pesquisada, tornando-se muito útil nas etapas iniciais do projeto dispondo ao pesquisador uma maior familiaridade e interação com o problema em estudo.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa exploratória trata de investigações de pesquisa empíricas que tenham o objetivo de formular questões ou um problema com a finalidade de desenvolver hipóteses, elevar a familiaridade do pesquisador com o ambiente a ser estudado ou até mesmo modificar e esclarecer conceitos estudados.

Trivínos (1987) define ainda, pesquisa exploratória como sendo aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva.

Na fase exploratória foram levantadas informações preliminares dos dados da pesquisa, obtendo idéias e esclarecimentos a fim de possibilitar o aperfeiçoamento e entendimento do objeto de estudo, já que a mesma pode ser utilizada para aumentar a familiaridade do autor para com o tema.

Para tanto, utilizou-se a amostra não probabilística por conveniência, onde esta amostra é selecionada de acordo com a conveniência do pesquisador. Este tipo de amostra “consome menos tempo e é menos dispendiosa” (MALHOTRA, 2001).

As pesquisas de campo utilizadas para responder as indagações feitas durante a elaboração desta monografia foram à pesquisa qualitativa. Lakatos e Marconi (2001, p. 186) definem pesquisa de campo como sendo “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações [...]”.

A pesquisa qualitativa tem o objetivo de obter resultados eficazes, além de buscar aspectos qualitativos no nível de serviços prestados pela Secretária de Educação do Município de São José dos Campos - SP, conforme entrevista aplicada que segue em anexo.

Este questionamento destinado a Secretária Municipal de Educação que é a Encarregada pelo transporte de estudantes, o qual é nosso local em estudo.

E por final a pesquisa do tipo descritiva “que tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno”, Lakatos e Marconi, (2001, p. 188). Pode-se notar que a esse tipo de pesquisa demanda maiores detalhes dos fatos e os dados colhidos através dela são mais minuciosos e precisos.

Segundo Mattar (1999) a pesquisa descritiva é caracterizada por possuir um objetivo definido, ser bem estruturadas e dirigidas para a solução de problemas ou avaliação de alternativas de cursos e ações. Gil (1999) relata que ela tem como fator principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno para assim poder estabelecer possíveis relações entre variáveis.

Ela tem como foco o levantamento de opiniões sobre, atitudes e crenças de uma população sobre uma determinada situação, fazendo-se assim necessária para a elaboração desta monografia.

Malhotra (2001) acrescenta que a pesquisa descritiva serve para avaliar a porcentagem de unidades numa população específica que exige determinado comportamento, determinar as percepções de características de produtos, determinar o grau até o qual as variáveis estão associadas e fazer previsões específicas.

Já Trivinõs (1987) defende que a pesquisa descritiva visa “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Analisadas as pesquisas exploratórias e descritivas, passa-se para a pesquisa explicativa. Gil (1999) ressalta que a pesquisa explicativa visa identificar os fatos que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fatos.

Na visão de Andrade (2002, p. 20),

“ a pesquisa explicativa é um tipo de pesquisa mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por este motivo está mais sujeita a erros”.

Neste estudo, o pesquisador propôs um estudo de caso, posteriormente foi realizado um levantamento dos dados secundários, estes auxiliam os pesquisadores a entender melhor o problema a ser investigado, podem vir a apresentar um novo entendimento sobre o problema, sugerindo e muitas vezes até trás soluções que não haviam sido consideradas previamente.

Com a análise desses dados juntamente com os dados primários é possível encontrar também dados similares que vem a dar ainda maior credibilidade às informações (ANDRADE, 1999).

O levantamento de dados secundários anteriormente descritos foram através de estudos já publicados sobre o tema, por meio de pesquisas bibliográficas, artigos, monografias, dissertações, revistas científicas, bem como a internet.

De acordo com Gil (1999, p.65) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado. Propiciando assim o estudo “[...] de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS E MARCONI, 2001, p.183).

Ela é desenvolvida com base nos materiais que já estão disponíveis, como livros e artigos científicos possibilitando ao autor um maior conhecimento e uma melhor abordagem sobre o tema a ser pesquisado.

A pesquisa bibliográfica serve inicialmente para definir a situação atual do problema e quais as contribuições e opiniões já existentes sobre o assunto. (LAKATOS E MARCONI, 2001).

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 1990)

O uso da técnica de entrevista exige do pesquisador um olhar atento a todas as manifestações do entrevistado, desde a linguagem oral até a linguagem gestual.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Município de São José dos Campos



Figura 4 – Localização Geográfica de São José dos Campos.

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP – Virtual Educa (2007)

São José dos Campos é um município brasileiro do estado de São Paulo, considerado um importante tecnopolo de material bélico, metalúrgico e sede do maior complexo aeroespacial da América Latina.

O município paulista está localizado no Vale do Paraíba na “**latitude Sul:** 23° 10’47” e na **latitude Oeste:** 45° 53’14” e possui uma área de 1.099,77 km², abrigando dois distritos: São Francisco Xavier e Eugênio de Melo.

São José dos Campos faz divisa com cidades do Estado de Minas Gerais, como Camanducaia e Sapucaí Mirim, e é cortado pelo Rio Paraíba do Sul.

A cidade possui uma população segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2011, de 636.876 habitantes, com um produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 35.751,06 – IBGE / 2009.

De acordo com 1º Censo da Pessoa com Deficiência do município de São José dos Campos – SP em 2009, considerando o número de habitantes do município, mais de 11% da população do município, apresenta uma ou mais deficiência, com maior expressividade para a zona Sul da cidade.

A pesquisa do 1º Censo da PcD de SJCampos – SP em 2009, também considerou a acessibilidade dessa população. Nesse ponto, foi abordado o tipo de transporte utilizado, levando-se em conta que a pessoa com deficiência, pode usar mais de um meio de transporte, a questão possibilitou mais de uma resposta por pessoa.

Constatou-se que a maior parte da amostra (3.781 formulários) faz uso do meio ônibus (56,4%). O segundo tipo de transporte mais usado é o carro, com 25,9%. Já 12,4% da população não usam nenhum meio de transporte motorizado.

O município possui programas de políticas para promover a inclusão da pessoa com deficiência por meio da Assessoria de Políticas para PcD.

São exemplos de programas de inclusão: O Projeto Calçada Segura que objetiva proporcionar mais segurança e acessibilidade; a implantação de frota de ônibus 100% acessível; o Serviço de Transporte Adaptado, que atende exclusivamente pessoas com deficiências motoras, intelectuais e/ou múltipla severa, temporária ou permanente e em alto grau de dependência; a Educação Especial, para assegurar a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Também existe o incentivo à prática de esporte por meio de programas específicos; convênios com diversas entidades sociais e parcerias em ações e empregabilidade em inclusão social e a Agência Acesso Livre, que atende idosos e PcD que procuram serviços relacionados ao transporte gratuito, como cartão eletrônico de gratuidade em ônibus e cartão de estacionamento, avaliação médica e serviço de transporte adaptado.

Além disso, uma recente parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal possibilitou a instalação da Unidade de Reabilitação Lucy Montoro para atendimento às PNE na área de saúde. (1º Censo da PcD de SJCampos – SP.2009).

Atualmente, na cidade (Figura 2) o serviço de TEA para PNE é oferecido pela Secretaria de Transportes, com a utilização dos seguintes veículos disponíveis: 9 (nove) vans e 8 (oito) micro-ônibus, todos adaptados com rampa e elevadores de acesso.

São realizadas em média 15 viagens por carro ao dia e 1.600 pessoas são credenciadas para utilizar o serviço (dados de setembro de 2010).



Figura 5 - Vista aérea da Região Central de São José dos Campos.
Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos – SP (2011).

4.2 A Secretaria de Transportes de São José dos Campos

A Secretaria de Transportes de São José dos Campos tem como objetivo a responsabilidade sobre o trânsito do município, desde a fiscalização das vias públicas e educação de motoristas e pedestres até a elaboração de projetos de engenharia de tráfego, pavimentação, construção de obras viárias e gerenciamento dos serviços de táxis, alternativos, ônibus, fretados e escolares.

Sua Missão é Tornar o trânsito de São José dos Campos cada vez mais seguro, solidário, ético e cidadão.

A Visão da Secretaria é atingir a excelência na engenharia, fiscalização, educação e reeducação de atitudes conscientes e responsáveis dos condutores, passageiros e pedestres nas vias públicas, reduzindo os acidentes de trânsito na cidade.

A lei municipal que criou a Secretaria de Transportes foi a *Lei Municipal N^o 4.399*, de 24/05/1993.



Figura 6 – Vista do Anel viário – Avenida Florestan Fernandes.
Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos – SP (2011).

4.3 Organograma

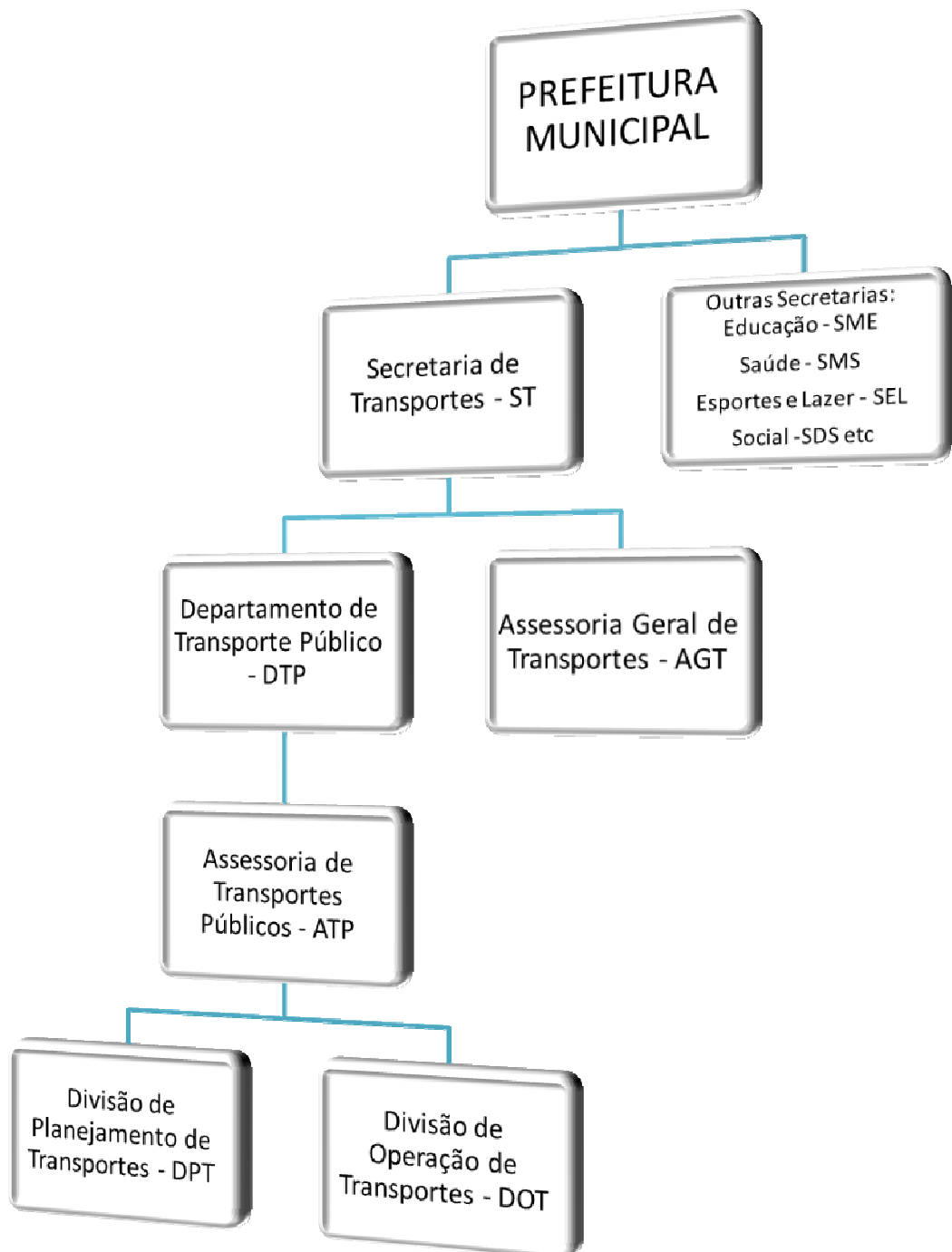


Figura 7 – Fluxograma do Transporte Público em São José dos Campos.

Fonte: Lei Municipal Nº 4.399/93 - PMSJCAMPOS – SP (2011).

4.4 Transporte Público em São José dos Campos

No município de São José dos Campos – SP é de responsabilidade da Prefeitura o gerenciamento, planejamento e a fiscalização do transporte coletivo, alternativo, escolar, de táxi e dos micro-ônibus para PNE.

Planejamento: Análise das estatísticas de ônibus (número de passageiros, quilometragem percorrida, número de viagens), dos alternativos e do transporte de pessoas com deficiência; Cadastro e controle da frota e de pessoas com deficiência; Inclusão e exclusão de veículos; Cálculo tarifário; Custo operacional por linha, empresa e sistema de transporte; Auditoria nas empresas de ônibus e alternativos; Análise de planilhas operacionais e itinerários das linhas do sistema de transporte; Alterações de itinerários, mudança de pontos, de horários, desvios devido a obras ou interdições; Criação de linhas de ônibus; Vistoria dos abrigos e pontos de ônibus e táxi; Substituição ou instalação dos abrigos e pontos de ônibus e táxi; Análise de processos de loteamentos a ser implantados.

Fiscalização: Recebimento e análise de documentação e tramitação dos processos de solicitações de inscrição municipal; Recebimento e tramitação dos processos de recursos de multas; Análise de documentação dos processos de pedidos de alvará (exclusivo para permissionários) para transporte fretado (pessoa física); Atendimento ao público e aos permissionários para esclarecimentos; Atualização, criação de cadastro e emissão de autorizações previstas em lei aos permissionários; Renovação de alvarás emitidos anualmente; Cadastro no sistema informatizado das alterações (Sistema Integrado de Receita e Fiscalização); Vistorias; Fiscalização nos sistemas de transporte operado, ônibus, alternativo, fretado, escolar, táxi e motofretistas; Concessão de renovação, conferência e análise de carteirinhas para pessoas com deficiência que utilizam transporte coletivo e alternativo (gratuidade)

4.5 Transporte adaptado para PNE

Em 2009, quando o serviço iniciou, o transporte adaptado realizou 57.088 atendimentos a deficientes, levando-os a diversos centros de reabilitação, hemodiálises, fisioterapias, escolas, trabalho e atividades de lazer.

O serviço é destinado exclusivamente a pessoas com deficiência motora, mental e/ou múltipla severa temporária ou permanente e em alto grau de dependência, que lhes impossibilite utilizar o transporte coletivo urbano em atividades diárias ou eventuais.

São atendidas pessoas com graves dificuldades de locomoção, mediante prévio credenciamento junto à Secretaria de Transportes e funciona dentro dos limites do Município.

Na priorização do atendimento serão levados em conta o grau de severidade da deficiência e os motivos da utilização do transporte abaixo discriminados: I - tratamento de saúde e programa de reabilitação; II - educação especial; III - educação comum; IV - trabalho; V - esporte e lazer.

Para se cadastrar e utilizar o serviço, a pessoa ou seu responsável deverá comparecer à Secretaria de Desenvolvimento Social no centro (Avenida São João, nº. 444), onde deverá retirar as fichas de inscrição e médica, que contêm informações específicas para a utilização do serviço adaptado. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 8 às 12h e das 13h30 às 17h.

Para a abertura de processo, o PNE ou seu responsável deverá comparecer ao Acesso Livre no Terminal Urbano Central (Rodoviária Velha), na Praça dos Expedicionários, s/n, com os seguintes documentos:

Ficha de Inscrição preenchida e assinada pela Assistente Social para 1ª via; Ficha Médica preenchida e assinada por um médico especialista para 1ª via ou renovação; 1 (uma) foto 3 x 4 (recente) para credencial ou 1 (uma) foto recente para renovação; Comprovante de endereço (cópia recente) e Cópia de CPF e RG do solicitante e do responsável.

Para retirar a credencial, o PNE ou seu responsável deverá comparecer ao Acesso Livre portando um documento do requerente com foto.

Importante! O usuário que se cadastrar para o sistema de transporte adaptado somente deverá comparecer ao Acesso Livre para a avaliação médica (caso seja necessário).

4.6 Transporte escolar público municipal adaptado para PNE

A utilização de veículo adaptado no TE público municipal de São José dos Campos – SP é diferente do serviço que já é oferecido pela Secretaria de Transportes, no município, através do sistema de transporte público adaptado do município que também atende diretamente o estudante PNE através da Secretaria de Educação, mais especificamente com a Gestão da Diretoria de Administração da mesma.

O Sistema de transporte público adaptado do município funciona de duas formas:

a. A primeira através de Transporte Coletivo Adaptado para cadeirantes e com assentos reservados para as pessoas com mobilidade reduzida, porém sem exclusividade.

Onde a sua efetividade depende da conscientização da população, como também a disposição de assentos disponíveis para um número maior de passageiros.

b. A segunda forma é através do denominado Transporte Adaptado Especial ou (referido no Decreto Nº 13.107/08, como Transporte Adaptado à Pessoa com Deficiência), onde micro ônibus ou vans buscam as pessoas com deficiências severas em suas residências para fazer tratamentos de saúde e cumprir programas de reabilitação.

Na priorização do atendimento leva-se em conta o grau de severidade da deficiência e os motivos da utilização do transporte. A pessoa beneficiária destes sistemas deve fazer seu cadastramento na Secretaria dos Transportes da cidade de

São José dos Campos e está sujeita a uma avaliação de documentação e posterior perícia, para avaliação de concessão.

Este sistema é regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 13.107 de 20/05/2008.

O Departamento de Transporte Público da cidade é composto pelas divisões de Planejamento e de Fiscalização, sendo o setor responsável pelo transporte coletivo, transporte alternativo, TE, táxi e transporte para pessoas PNE.

O Serviço de Transporte Adaptado Especial funciona dentro dos limites do Município.

Na priorização do atendimento, é levado em conta o grau de severidade da deficiência e os motivos da utilização do transporte: I. Tratamento de saúde e programa de reabilitação; II. Educação especial; III. Educação comum; IV. Trabalho.

O serviço é oferecido gratuitamente desde 1999. Os atendimentos anuais aumentaram rapidamente nos biênios 2000-2001 e 2004-2005, mas, nos dois anos seguintes, registraram uma redução afetada pela diminuição de 20% da frota de vans adaptadas.

Em 2008, o serviço era realizado por três empresas, que dispunham de treze vans. Atualmente a cidade conta com oito micro-ônibus e dez vans de três empresas que atendem os credenciados de São José dos Campos. (JUNIOR, Katsuji. W. ; SOARES, Rodrigo. S. ; TOZI, Luiz. A.; RIOS, Antonio. W. S. 2011).

Hoje, na cidade de São José dos Campos, são utilizados os seguintes veículos no TE dos PNE: 22 (vinte e duas) vans adaptadas com rampa e elevadores de acesso (Figura 5) e capacidade para 3 (três) lugares e também outras 6 (seis) vans normais com a capacidade para transportar entre 12 e 15 estudantes.

Atualmente, segundo dados da Secretaria de Educação, são atendidos de acordo com a demanda apresentada, ou seja, um número de estudantes PNE que oscila entre 200 (duzentos) e 220 (duzentos e vinte).



Figura 8 - Vans adaptadas com elevador elétrico para a entrada de cadeirantes. Prefeitura de Cubatão.

Fonte: <http://escolaligada.blogspot.com/2011/08/novas-vans-adaptadas-farao-transporte.html>. Acesso em: 14/11/11

Os números apresentados de estudantes PNE, transportados segundo informações da Diretoria de Administração da SME, pode ser ainda maior, pois, muitos PNE não buscam o apoio disponível do serviço de TEA por desconhecerem a oferta, ou, não quiseram a utilização do mesmo por motivos particulares. (dados de novembro de 2011).

Os estudantes PNE compõem outro grupo que tem dificuldades em acessar as salas de aula. Quanto maiores são as barreiras físicas e mais baixa a situação financeira do aluno, maior é a dependência do TEA para se chegar à escola.

Nestes casos, o não-fornecimento de um meio de transporte específico pode acarretar no não comparecimento de muitos estudantes às aulas.

Neste serviço, são atendidos os estudantes com graves dificuldades de locomoção, mediante procura da família do mesmo, que formalizará um pedido junto à secretaria da escola onde está matriculado e que preencha as condições de atender estudantes PNE e que em seguida encaminhará o pedido do benefício à Secretaria de Educação no setor de Educação Especial, onde será analisado pela equipe técnica, e se for o caso de concessão do serviço, será remetido à análise obtida, à Coordenação do TE e TEA que procederá ao credenciamento junto à Secretaria de Educação.

O serviço é destinado exclusivamente a pessoas com deficiência motora, mental e/ou múltipla severa temporária ou permanente e em alto grau de dependência, que lhes impossibilite utilizar o transporte coletivo urbano em atividades diárias ou eventuais dentro dos limites do Município.

4.7. Importância do Transporte Escolar (TE)

Para o estudante que necessita deste serviço, é de suma importância o acesso ao mesmo, pois, sem este apoio por parte do poder público local, inúmeros estudantes PNE, ficariam a parte na sociedade sem o seu direito constitucional de freqüentar a escola pública; como podemos analisar a prática adotada no Estado do Paraná logo abaixo.

Para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), a oferta de transporte escolar público pelos municípios constitui importante recurso para a viabilização do acesso e manutenção dos alunos nas escolas.

Disto, decorre que o sucesso da educação de nível fundamental e médio depende bastante da disponibilidade e qualidade da prestação deste serviço, o que resulta em motivo de preocupação constante por parte do Poder Público em geral, e dos gestores desta forma de serviço público em particular.

Mormente quando se leva em conta o porte dos recursos demandados anualmente para que este serviço possa ser oferecido.

Entende-se o TE como sendo o transporte de estudantes de um determinado ponto de origem, normalmente próximo de sua residência, à escola em que está matriculado e o sentido inverso, da escola ao ponto de origem da viagem.

Neste sentido, para aferir a relevância da problemática do TE em âmbito público, basta utilizar algum motor de busca e consultar este assunto na internet, relacionado-o com o termo “município”.

Em consequência, com base nos resultados obtidos, é possível verificar a ocorrência de mais de 900 mil tópicos de conteúdo.

O que essa quantidade de elementos informativos mostra é que as questões relacionadas com o TE público em geral, e com a consequente gestão deste serviço (administração e otimização do uso dos recursos alocados para a melhoria dos serviços prestados) em particular, estão presentes em todas as instâncias de gestão governamental.

A disponibilidade de TE constitui uma obrigação legal prevista na CF, no seu Artigo 208, inciso VII, que determina, entre outras medidas, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Essa preocupação com o TE, também pode ser observada no ECA (Art. 54, inciso VIII), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 4.º, inciso VIII) e na Constituição do Estado do Paraná (Art. 179, inciso 8). É um tema que está presente em várias instâncias institucionais e legais.

No Brasil, o serviço é operado pelos governos estaduais e municipais, e visa atender primordialmente os alunos de escolas públicas residentes no meio rural e, inclusive, em muitos municípios também alunos das áreas urbanas.

Desta forma, a preocupação com o fornecimento de TE público envolve várias instâncias institucionais e o concurso de certa gama de agentes.

A respeito cabe destacar a importância do papel desenvolvido pelos municípios, na gestão do serviço, e a atuação do Estado em relação à complementação de recursos demandados para seu funcionamento (dados da SEED/PR, 2011).

4.8. Veículos adaptados para o Transporte de PNE

Os veículos adaptados são equipamentos, utilizados para que se possa permitir o acesso ao serviço público garantido por lei, do estudante PNE que necessita de tal apoio.

Existem diversos veículos com diferentes adaptações como podemos citar no caso do TE, as vans adaptadas para atender os usuários/estudantes que são cadeirantes.

Neste caso o veículo adaptado (Figura 9) está equipado com elevador elétrico de acesso, com três vagas para cadeiras de rodas e quatro acompanhantes.



Figura 9 - Van adaptada com elevador elétrico para a entrada de cadeirantes.

Fonte: http://www.4shared.com/photo/qlvfX2EH/11-08-16_-_Entrega_de_vans_ada.html. Acesso em: 14/11/11

As vans são adaptadas com elevadores elétricos e hidráulicos para prestarem atendimento personalizado a cada aluno. Além disso, disponibilizam de rampas que garantem o acesso seguro e independente aos alunos, tudo mecanizado.

Os usuários contam ainda com toda a segurança, pois as vans contam com travas individuais, para cada cadeira de rodas, além de toda a acessibilidade e conforto que eles merecem, pois o espaço interior das vans é amplo, permitindo também o transporte de acompanhante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anteriormente abordado neste trabalho no capítulo 4, no município de São José dos Campos - SP, atualmente, diferentemente do serviço de transporte adaptado que já é oferecido pela Secretaria de Transportes, no município, outro serviço de transporte adaptado com critérios específicos, vem atendendo diretamente o estudante portador de necessidades especiais através da Secretaria de Educação, mais especificamente com a Gestão da Diretoria de Administração da mesma.

Na abordagem dos objetivos específicos, onde se conceitua o TEA, temos que se trata de um serviço que é destinado exclusivamente à PNE com deficiência motora, mental e/ou múltipla severa temporária ou permanente e em alto grau de dependência, que lhes impossibilite utilizar o transporte coletivo urbano em atividades diárias ou eventuais.

No Relato da importância do TEA para os PNE temos que para o estudante que necessita deste serviço, é de suma importância o acesso ao mesmo, pois, sem este apoio por parte do poder público local, inúmeros estudantes PNE, ficariam a parte na sociedade sem o seu direito constitucional de frequentar a escola pública.

Descrevendo o estágio atual de veículos de TEA para PNE no município, onde os veículos adaptados são equipamentos, utilizados para que se possa permitir o acesso ao serviço público garantido por lei, do estudante PNE que necessita de tal apoio. Existem diversos veículos com diferentes adaptações como podemos citar no caso do TE, as vans adaptadas para atender os usuários/estudantes que são cadeirantes e no estágio atual, são utilizados os seguintes veículos no TE dos PNE: 9 (nove) vans e 8 (oito) micro-ônibus, todos adaptados com rampa e elevadores de acesso.

Na discussão sobre as estruturas e equipamentos utilizados no TEA dos PNE, foi analisado que os veículos adaptados devem contar com elevador eletro-hidráulico para acesso do cadeirante e com um sistema de segurança que minimize os movimentos de cadeira de rodas compostos por dispositivo de travamento, cinto de segurança e guarda-corpo. No interior do veículo devem existir bancos retráteis ou convencionais para uso dos acompanhantes.

Estes equipamentos podem proporcionar acesso à escola aos estudantes que hoje, na maioria dos casos, deixam de realizar suas atividades escolares do dia-a-dia, em função da inadequação do sistema de transporte, que é uma barreira a sua realização como cidadão.

No sentido de contribuir para a melhoria do atendimento aos PNE, na conclusão deste trabalho de pesquisa, fica sugerido um aperfeiçoamento em análise a política pública de TEA para PNE que ocorre atualmente na cidade de São José dos Campos - SP, como demonstrado nesta pesquisa, onde está concentrada em duas secretarias, ou seja, a Secretaria de Transporte atua dentro de determinados critérios e fluxo, em conjunto com a Secretaria de Educação em outros critérios e outro fluxo de atendimento ao usuário/estudante.

Diante da prestação de serviço que atualmente é oferecida, fica aqui neste trabalho, sugerida a proposta de melhoria que é a consolidação do serviço prestado, ou seja, a unificação dos procedimentos relativos ao fluxo de acesso ao serviço pelo usuário através de cadastramento e disponibilização do serviço por um único Administrador, onde fica a sugestão do nome da Assessoria da Pessoa com Deficiência do município, a criação da Secretaria Municipal da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais e a implantação de uma frota própria destacada para este fim.

Este Gestor desenvolveria e coordenaria o projeto, pois, desta forma, a equipe de gestores, se concentraria nas atividades ligadas mais especificamente com a demanda, ou seja, estudariam, buscariam, aplicariam e aproveitariam melhor os benefícios de incentivos e de programas de outras esferas estatais (Estadual / federal) relativo ao serviço.

Desta forma, haveria para setor, uma maior agilidade no atendimento ao público-alvo que é o estudante portador de necessidades especiais e que muitas vezes desconhecem tal serviço. Sendo assim, outros órgãos, entidades e outras secretarias afins, encaminhariam a demanda, diretamente ao Administrador do Programa, dando agilidade, qualidade, economia, facilidade e segurança ao serviço oferecido, desde que se efetivamente planejada, organizada, implementada e controlada.

Com aplicação desta sugestão, certamente, o Poder Público Local contribuirá mais efetivamente, para melhoria contínua no atendimento ao estudante PNE; para que num futuro próximo, as ações referentes à acessibilidade, às pessoas envolvidas, possam ser ouvidas e participar das regulamentações antes e durante a implantação dos serviços.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Paulo Fernando. **Supply Chain Management: Conceitos, Oportunidades e Desafios da Implementação.** Disponível em: <<http://www.supplychainonline.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=12>. Acesso em 14 nov. 2011,15:50:30.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Marta. Vários autores. **Inclusão das pessoas com deficiência.** ETHOS, INSTITUTO. São Paulo, 2002.

MONTEIRO, José Carlos. **Administradores.com.** [S.1]: Artigo, 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/logistica-aplicada-a-organizacao-publica/49928/>>. Acesso em: 10 nov. 2011, 11:30:30.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento de Cadeia de Suprimentos /** Logística Empresarial, 5ª Ed. Bookman. 2006.

CIDADANIA, **Assessoria de Defesa da. Secretaria da Justiça – SP** [S.1]: Artigo, 2011. Disponível em:<<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=440&Cod=51>>. Acesso em: 11 nov. 2011, 10:54:34.

PREFEITURA MUNICIPAL, São José dos Campos – SP – **Artigo transporte adaptado da Secretaria de Transporte do município** - disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/transportes/transporte_adaptado.aspx>. Acesso em: 13 nov. 2011, 20:30:33.

PREFEITURA MUNICIPAL, São José dos Campos – SP – **Foto de Adenir Britto (Fotógrafo - PMSJC)** - - disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/pmsjc_imagens/conteudo/galerias/20110615190857af7a13eb-c483-4caf-a15a-5bc8b027b03bg.jpg> Acesso em: 14 nov. 2011, 15:30:15.

LAKATOS, Eva Maria; MARKONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED), **Plano De Transporte Escolar (PTE)**. Metodologia de Apropriação de Custos com o Transporte Escolar Público. 2ª Ed. Paraná: Curitiba, 2011.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo, Atlas, 2007.

CORDE, Relatório. **Município Acessibilidade**. Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <www.acessibilidade.org.br/manual_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011, 16:10:40.

CORDE, Relatório. **Convenção dos direitos da pessoa com deficiência comentada**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, 2008. Disponível em:< <http://sites.google.com/site/cedpdcepde/> >. Acesso em: 14 nov. 2011, 16:05:20.

FREITAS, H.N. **Organização social do espaço urbano e a acessibilidade para as pessoas com deficiência física e motora no município de São José dos Campos, SP**. 2006. Dissertação. (Mestrado em Planejamento Urbano) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

JUNIOR, Katsuji. W. ; SOARES, Rodrigo. S. ; TOZI, Luiz. A.; RIOS, Antonio. W. S. **Aplicação do ferramental de simulação por evento discreto no serviço de transporte adaptado especial**. 2011. Artigo.

CORDE, **Programa de Ação Mundial para as Pessoas com deficiência**, 2ª Edição, Brasília, 2001.

NBR, **Norma Técnica 14022/2006**. da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Disponível em: < <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/normas/NBR14022.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2011, 16:15:20.

DECRETO 5.296 02/12/2004 – **DOU DE 2004**. disponível no site:
<<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/2004/5296.htm>>

DECRETO MUNICIPAL 13.107/08, 20/05/2008, Disponível no Jornal **Boletim do Município** nº1841 de 30/05/08.

ABNT, **Associação Brasileira De Normas Técnicas** - ABNT 9050 de 2004.
Disponível no site:<www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-3105200>

Assessoria de Políticas para Pessoas com Deficiências do município de São José dos Campos, “**Iº Censo da Pessoa com Deficiência em São José dos Campos**”
Disponível no site:
<<http://www.sjc.sp.gov.br/media/24445/centso%20prefeitura%20s%C3%A3o%20jos%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2012, 16:40:15.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Entrevistado: Sr Paulo José da Silva Souza – Diretor Administrativo da Secretaria de Educação do Município de São José dos Campos- SP.

Monografia de Especialização da Ufpr

A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO NO TRANSPORTE ESCOLAR

PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

Aluno: EDILSON SANCHES PONTES

Orientadora: Profa. MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães

QUESTÕES:

1) Existe uma Lei que exige *transporte escolar adaptado público no município?*

()Sim ()Não Qual:_____.

2) No processo logístico o que se entende por transporte escolar adaptado e qual a sua importância?

R.: A utilização de veículos adaptados para conduzir portadores necessidades especiais para as atividades escolares, sendo que sem esse apoio, muitos dos estudantes que se enquadram nos requisitos médicos de portadores de necessidades especiais, ficariam privados do acesso a seu direito constitucional de freqüentar a escola pública.

3) Defina a importância do transporte escolar para portadores de necessidades especiais no município?

R.: Na realidade, inúmeros estudantes portadores de deficiência física, sem esse apoio por parte do município de São José dos Campos ficariam sem a possibilidade de acesso aos benefícios que a escola e o convívio com outras pessoas proporcionam.

4) Como é feito hoje o transporte escolar para portadores de necessidades especiais?

R.: Hoje no município são utilizados veículos dotados de rampa de elevação para o atendimento de alunos cadeirantes e veículos normais para os alunos com dificuldades de locomoção, sendo que estes veículos percorrem toda zona urbana e rural de São José dos Campos todos os dias do calendário escolar transportando os alunos para as atividades escolares.

Atualmente, é utilizado o número de 22 (vinte e dois) veículos adaptados com a capacidade de 3 (três) dentro das normas técnicas e 6 (seis) normais com a capacidade entre 12 e 15 alunos. Estes veículos são contratados por licitação de pessoas físicas que preencherem os requisitos exigidos no edital.

5) Existe pessoal treinado para serviços específicos no transporte de portadores de necessidades especiais?

() Sim (X) Não

Justifique: Pois, atualmente não há obrigatoriedade da exigência do mesmo.

() motorista () atendente Quem dá o curso _____ ?

6) Como será possível a ampliação e melhoria da frota de veículos adaptados?

R.: A ampliação se dará em virtude do aumento da demanda, ou seja, a melhoria se dará em observância às norma técnicas para tais veículos, onde deverá o número de veículos acompanhar este aumento.

Existe na Secretaria de Educação a política de tornar atrativo a remuneração pelo serviço prestado, dentro dos critérios de exigências e valores compatíveis com o investimento utilizado.

7) O município através de suas secretarias tem projeto de ampliar a oferta de transportes para estes alunos com portadores de necessidades especiais?

R.: Os números apresentados de estudantes portadores de deficiência física, transportados podem ser ainda maiores, pois, muitos não buscam o apoio disponível do serviço de transporte escolar por desconhecerem a oferta, ou, não querem a utilização do mesmo por motivos particulares.

8) A frota de veículos utilizada no transporte é pública?

()Sim ()Não

Justifique: Contratação de condutores pessoas físicas, através do processo de licitação.

9) Qual Secretaria fará a gestão logística desta frota de veículos adaptados para o transporte de portadores de necessidades especiais?

R.: Secretaria de Educação de São José dos Campos – SP.

10) Qual o número de estudantes portadores de necessidades especiais atendidos atualmente pelo serviço de transporte?

R.: Atualmente, são atendidos de acordo com a demanda apresentada, ou seja, um número de estudantes portadores de deficiência física que oscila entre 200 (duzentos) e 220 (duzentos e vinte).